

Cenário externo leva o Governo a desistir do alongamento da dívida

Roberto

Ricardo Allan
De Brasília

A estratégia de alongamento da dívida pública terá que ser interrompida neste mês. O governo pretendia emitir títulos prefixados com vencimento em 24 meses, mas está revendo a intenção por causa das oscilações no mercado internacional. "O cenário externo piorou muito nesta semana. Não devemos insistir no lançamento de títulos com prazo mais longo neste momento", disse ontem o coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle.

O governo teme que o momento de incertezas jogue os juros pedidos pelos investidores nos leilões de prefixados para cima. O primeiro motivo de preocupação é a alta exagerada do preço do petróleo, influenciado pelo conflito no Oriente Médio entre Israel e os palestinos. A outra razão são as osci-

lações no mercado de capitais dos Estados Unidos por causa do petróleo e pelos resultados de algumas companhias abertas.

No final de agosto, o Tesouro fez um "teste de mercado" para a volta dos prefixados — Letras do Tesouro Nacional (LTN) — de 24 meses. Na ocasião, emitiu apenas R\$ 500 milhões em papéis com esse perfil, mas a demanda dos compradores chegou a R\$ 3,5 bilhões. Por cautela, o Tesouro resolveu não incluir o título nos leilões de setembro, o que pretendia voltar a fazer em outubro.

Paulo Valle disse, no entanto, que a possibilidade de alongamento neste mês continua para os papéis pós-fixados, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Até agora, só estão sendo lançadas LFTs com prazo máximo de três anos para o vencimento. "Existe a possibilidade de oferecermos letras de quatro anos ainda em outubro",

disse. Em momentos de incerteza, quando existe expectativa de aumento de juros, aumenta o interesse por títulos com remuneração acertada no momento do resgate.

A dívida pública federal interna cresceu 1,75% de agosto para setembro, quando passou de R\$ 494 bilhões para R\$ 502,65 bilhões. Os motivos do aumento foram a variação cambial, a incorporação de juros e uma pequena emissão líquida (lançamentos superiores aos resgates) de R\$ 1 bilhão no mês passado. Do total do estoque da dívida, 21,09% são corrigidos pela variação cambial, 52,67% têm remuneração pós-fixada e 15,4%, prefixada. O prazo médio de vencimento é de 29 meses. O governo quer, a médio prazo, aumentar a parcela de prefixados e o prazo de resgate dos papéis.

Mais informações no site
www.fazenda.gov.br

Valor Econômico 20 OUT 2000